

FONSECA, Eduardo. *Candomblé: A Dança da Vida: um estudo Antropológico sobre Afiliação às Religiões Afro-Brasileiras*. Recife: FJN/Editora Massangana, 1999, 124p.

Há muito tempo que era preciso que um de nossos antropólogos escrevesse alguma coisa sobre Edwin Barbosa da Silva, o famosíssimo Pai Edu. Uma coisa é certa sobre esse ilustre religioso. Ele se afasta dos modelos convencionais, mais próximos das matrizes africanas, representados pelo candomblé e pelo Xangô, este último típico do Recife e que possui (ou possuía, antes da abertura, nesta área, de grandes avenidas de contorno da assim chamada Região Metropolitana do Recife) no Vale do Beberibe sua grande reserva biológica e cultural.

O padrão seguido por Edu é o que se poderia chamar, de acordo com a terminologia adotada pelos antropólogos da Escola do Recife (entre eles, em lugar de destaque, Eduardo P. de Aquino Fonseca), “Xangô Umbandizado”, que se diferencia de outras variedades de culto afro-brasileiro, pela adoção, no sistema das crenças e dos ritos, de muitas reinterpretações e criações *made in Brazil*, sem falar numa influência mais latente, que é a do espiritismo codificado por Kardec. E que também se caracteriza pela busca de toda uma nova clientela, que em muito supera a plebe de origem mais diretamente africana dos centros tradicionais. Pai Edu se dirige a novas camadas sociais que surgem em decorrência das transformações vertiginosas – ecológicas, demográficas, sociais, culturais – associadas ao rápido desenvolvimento do Recife e de sua região. Pode-se, sem exagero, dizer que se trata de uma nova forma de religião para uma nova forma de País e de cidade.

A religião de Pai Edu vem inclusive a preencher o vazio deixado pelo catolicismo popular, com seus santos encarregados do governo da vida quotidiana dos fiéis, suas promessas e procissões. É a própria Igreja que, em processo lento, culmina com o II Concílio do Vaticano e com o lançamento da Teologia da Libertação e movimentos assemelhados, desautoriza o velho estilo de religião. É que esses movimentos mais recentes, orientados para um projeto histórico de transformação das estruturas sociais e culturais, não podem, por sua própria lógica, deixar de encarar como “alienação”, mais ou menos folclórica, o tipo de respostas às aflições do dia a dia que se proporciona em terreiros eminentemente exemplificados pelo de Pai Edu, intitulado, não sem alguma pompa, *Palácio de Yemanjá*.

Altamente emblemático dos novos tempos e das novas modas é a localização desse Palácio (e de seus anexos) a um passo de uma das igrejas católicas mais carregadas de história no Nordeste e mesmo no Brasil, a Sé, a igreja-mãe da Arquidiocese de Olinda e Recife e de todas as dioceses que, do Piauí a Minas Gerais, resultaram na subdivisão do território pernambucano. Essa Sé, tantas vezes modificada em sua aparência exterior, parece desertada pelo Catolicismo, muitos de cujos dirigentes acreditam ter mais com que se ocuparem neste fim de milênio e que têm demorado a aprender as lições que decorrem da queda do Muro de Berlim. E até agora não houve protesto dos serviços do patrimônio que conseguisse desalojar o terreiro de Pai Edu, transformado na principal atração religiosa e turística daquele recanto...

De certo modo, foi o fabuloso sucesso de Edu em princípios da década de 70 que impediu, na época, estudos antropológicos comparáveis ao agora empreendidos por Eduardo Aquino Fonseca (eu não sei o que pensarão freudianos e sobretudo lacanianos, para os quais o significante vem muitas vezes a confundir-se com o significado, sobre Eduardo descrevendo Edu). Eu próprio e meus associados, quando por volta de 1973 começamos nossos estudos sobre o Xangô de Pernambuco, pensamos em Pai Edu mas recuamos, imaginando quanto seria difícil enfrentar a concorrência das personalidades sociais de destaque e dos jornalistas que freqüentavam o Palácio de Yemanjá. Daí minha decisão – puramente tática – de estudar os terreiros de Beberibe e de Casa Amarela, neste bairro sobretudo o “Palácio de Oxum-Cecy”, do inesquecível Mário Miranda, em muitos aspectos imitador de Edu, mas com um sentido de humor e deboche, com relação a todos e a tudo, que faziam uma das figuras mais originais que existiram no panorama afro-pernambucano.

Pai Edu, como sabem os pesquisadores mais antigos, realizou aquilo com que tantos de seus colegas haviam sonhado. Aliou-se a uma das principais famílias de Pernambuco, os Pessoa de Queiroz, importantíssimos em termos de poder político e econômico, de prestígio social e, no período a que se faz menção, no controle dos principais órgãos da imprensa (“escrita, falada e televisionada”, como se costumava dizer) do Estado de Pernambuco, com muitas repercussões no Rio e em São Paulo. “O diabo sabe das coisas, não por ser diabo, mas por ser velho”, mas Eduardo sabe das coisas de Edu não por ser velho, mas porque, apesar de muito jovem fez estudos aprofundados, às vezes até entrevistando algum colega mais provecto. Porém, o Edu de Eduardo já não é exatamente o da década de 70,

embora seu prestígio se mantenha, no Brasil e até no exterior (na Itália pouco faz, alunos meus me pediram que falasse sobre Pai Edu que conheciam da televisão). O império dos Pessoa de Queiroz mudou de dono e seus grandes líderes se mudaram deste mundo. Configura-se então a situação em que o antropólogo se torna muito bem-vindo por parte do babalorixá, porque a pesquisa, a seu modo, vem legitimar o culto e contribuir para consagrar o terreiro.

Não sem um certo tom de “uvas verdes”, não faltavam pesquisadores que diziam não procurar Edu porque queriam estudar terreiros mais “autênticos”, isto é, mais fiéis às matrizes africanas. Mas o fato é que não há terreiro em Pernambuco que tenha deixado de sofrer a influência do catolicismo popular, num processo sincrético que só os piores cegos, que são os que não querem ver, recusam-se a perceber. Os terreiros tradicionais, neste aspecto (como em outros) já prefiguravam algumas tendências desenvolvidas por Edu. Mas não precisamos incidir em preconceito análogo ao que aqui queremos criticar, isto é, não precisamos desprezar os centros mais “puros”. O problema consiste em saber o que é mesmo que se entende por “autêntico”. E não necessito de dicionário para saber que “autêntico” é o que realmente existe. (Tudo que existe é, a seu modo, autêntico e verdadeiro). E se assim entendermos o adjetivo, o Palácio de Yemanjá é tanto ou mais autêntico do que qualquer outra manifestação afro-brasileira e mais influente do que muitas, não só em Pernambuco, mas em todo o Brasil.

Não hesito em afirmar que o livro de Eduardo P. de Aquino Fonseca vem a preencher uma lacuna que fazia até vergonha à Antropologia afro-pernambucana, que estava deixando passar sem registro um dos fenômenos capitais de nosso campo de pesquisa. E o seu estudo Eduardo empreende de modo inteligente e original, aplicando ao entendimento do terreiro de Olinda o que há de mais refinado na teoria antropológica regional, nacional e internacional. Eu apenas lembraria, para não alongar mais esta recensão, o modo como ele demonstra a realização, no Palácio de Yemanjá, de alguns aspectos universais da experiência religiosa. Pois boa parte de seu livro trata da festa, do transe e da cura como resposta à aflição primordial do ser humano, da qual a doença é só um dos sintomas. Festa, transe, dança em muito anteriores àquele radical processo de racionalização – que pode, em certos domínios, aumentar a eficiência e a produtividade, mas diminui o gosto de viver – que Max Weber atribui à reforma, principalmente em versão calvinista. Mas, para o bem ou para o mal (e acredito que para o bem) nada mais distante da

prática religiosa de Edu, caracterizada pela alegria e pela expansão orgiástica das emoções fundamentais do ser humano, do que a racionalidade atribuída ao calvinismo, que parece penetrar dificilmente no Brasil, mesmo quando associado a igrejas, seitas e movimentos protestantes ou a seus equivalentes católicos, representados, entre outros pela Teologia da Libertação.

Roberto Mauro Cortez Motta
Ph.D em Antropologia - UFPE